



O TRABALHO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS - NAPNE NA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO PIAUÍ – IFPI CAMPUS TERESINA CENTRAL

SOUSA, Luzia Almeida¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar o trabalho realizado pelo Napne - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – *campus* Teresina Central. É um núcleo que articula os serviços da educação especial, numa perspectiva multiprofissional, com o objetivo de promover a inclusão escolar dos educandos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Esses alunos fazem parte de um grupo que, historicamente, foi excluído da sociedade e, por muito tempo, tiveram seus direitos educacionais negados. Metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza como documental, qualitativa e descritiva, pois apresenta como se desenvolve o trabalho do Napne. Este núcleo conta com uma equipe de profissionais especializados, técnicos administrativos, docentes e profissionais de apoio ao ensino. Além disso disponibiliza aos educandos/as serviços de tradutores e intérpretes de Libras, revisor e transcritor de textos em Braille, leitores, cuidador escolar, monitorias, orientações pedagógicas, mobiliários adaptados e conta com uma estrutura física construída de acordo com as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Na fundamentação teórica desta pesquisa, utilizou-se autores que contribuem para melhor compreensão dos conceitos apresentados, dentre eles estão: Mantoan (2015), Sasaki (1997), Borges (2019) e a Resolução Normativa 55/2021, Lei nº 9.394 de 1996, dentre outros. O trabalho foi estruturado em cinco seções: na primeira, contextualiza-se o Napne; na segunda, apresenta-se o público-alvo assistido pelo núcleo e seu processo histórico educacional na sociedade; na terceira, evidencia-se a trajetória metodológica utilizada na pesquisa; na quarta, apresenta-se e discute-se os dados coletados acerca da temática; e, por último, na quinta seção, tecem-se as considerações finais do estudo. Conclui-se, portanto, que o Napne desenvolve um trabalho de grande relevância, pois dá suporte ao ensino, orienta adequações metodológicas e busca desenvolver práticas para construir um ambiente escolar preparado para incluir o outro em sua diferença.

Palavras-chaves: Napne; Legislação; Alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE); Inclusão.

¹ Pedagoga pela Faculdade Santo Agostinho-FSA

Especialista em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, pela Faculdade Evangélica do Meio Norte - FAEME, Tradutora e intérprete de LIBRAS, efetiva no IFPI - *campus* Teresina Central, luzia.sousa@ifpi.edu.br.



INTRODUÇÃO

São inúmeras as conquistas legais que asseguram direitos às pessoas com deficiências, para que essas tenham não apenas o direito ao acesso, mas à permanência e ao êxito em sua trajetória escolar. As instituições precisam estar preparadas para receber esse público e realizar as adequações necessárias para garantir a inclusão desses alunos.

As instituições de ensino precisam estar abertas a atender as demandas legais e receber os alunos que até pouco tempo não tinham direito ao acesso às escolas regulares. Nessa realidade, precisam não apenas garantir o acesso por meio da matrícula, mas dar condições para que este público permaneça e consiga desenvolver suas habilidades e acompanhar as atividades propostas.

A escola, como uma instituição que tem um papel de grande relevância na qualificação e formação do indivíduo para a vida em sociedade, recebe um público multicultural com diferentes necessidades e especificidades e, nesse contexto, precisa adaptar-se para incluir seus alunos, permitindo que esses tenham a garantia de seus direitos educacionais

Diante do exposto, justifica-se a importância dessa pesquisa com o intuito de analisar o trabalho desenvolvido pelo Napne do IFPI *campus* Teresina Central, um núcleo que, por meio de suas práticas diárias, busca atender os alunos Público-Alvo da Educação Inclusiva, no intuito de dar condições de permanência e atender às exigências legais que amparam esse público.

A metodologia utilizada na pesquisa foi documental, tendo em vista a natureza proposta da pesquisa. Analisou-se documentos legais que regulamentam o trabalho do Napne, bem como registros dos atendimentos aos alunos como: monitorias, orientações pedagógicas aos docentes e discentes, quantitativos de alunos assistidos, dentre outros.

Também foi adotada uma revisão bibliográfica, cujos estudos fundamentaram-se em artigos científicos, obras completas, legislações e demais produções científico-acadêmicas que se mostraram úteis e pertinentes à pesquisa.

Essa pesquisa foi pautada nos seguintes objetivos: analisar o trabalho do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE do *campus* Teresina Central; apresentar o Napne com suas finalidades e competências; discorrer sobre público-alvo do Napne e o seu processo histórico educacional; apresentar o trabalho e recursos ofertados pelo Napne; e, por fim, verificar o impacto do trabalho do Napne para o acesso, a permanência e o êxito do seu público-alvo no âmbito do IFPI - *campus* Teresina Central.

O tema apresentado é atual e de grande relevância, pois o processo de inclusão escolar mostra-se como um grande desafio às escolas, e, nessa perspectiva, o trabalho do Napne surge no sentido de permitir uma maior discussão sobre as possibilidades de inclusão nesse contexto. A escola, em meio a esse desafio, não pode ficar inerte, mas precisa desenvolver um trabalho, mesmo que às vezes sem a certeza de acertar, para que de fato cumpra seu papel social.

Pretende-se com esse estudo dar maior visibilidade ao trabalho diário desenvolvido pelo núcleo e possibilitar maior entendimento do seu funcionamento e atuação na instituição, antes de descrever suas atividades e serviços ofertados, torna-se necessário apresentar o Napne com suas competências e finalidades.



SOBRE O NAPNE

A apresentação do Napne foi respaldada na resolução mais recente que regulamenta o trabalho do núcleo. A resolução normativa 55/2021- CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de julho de 2021, descreve o Napne como o núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Esse núcleo foi instituído no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí, em 22 de outubro de 2013 e seu objetivo é executar a políticas de inclusão e diversidade.

De acordo com a resolução acima citada, o Napne é um setor de caráter consultivo e encontra-se ligado à reitoria, à Pró-reitora de Ensino e à Pró-reitora de Extensão, com um núcleo sediado em cada *campus*. O IFPI, atualmente, possui 21 *campi* e cada um possui um Napne. Alguns possuem uma melhor estrutura tanto física quanto de profissionais e outros ainda estão em desenvolvimento. Contudo, o foco deste trabalho é o Napne do IFPI - *campus* Teresina Central.

Segundo Borges (2019), o Napne cria, na instituição, a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, busca romper barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais.

O Napne tem por finalidade promover e desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas. Essas pessoas surgem como uma nova demanda escolar, um público que requer atenção, acompanhamento e estudo para que tenham condições de prosseguir em sua trajetória acadêmica.

Na tentativa de criar ambientes adequados para suprir as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, a escola teve de iniciar um processo de revisão de sua estrutura, refletindo sobre novas formas de desenvolver e implementar o currículo, transmitir conteúdos e propor atividades (SILVA, 2010, p. 100).

Nesse contexto, o Napne surge como um setor de referências dentro do IFPI, que busca trabalhar em parcerias com outros setores e servidores para disseminar práticas que contribuam para a construção de um ambiente inclusivo e que proponha mudanças de natureza estrutural e atitudinal dentro da instituição. No que diz respeito às competências do núcleo a resolução explicita que:

- Art.18. (...) I- Disseminar a cultura da inclusão no âmbito do IFPI através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão nas esferas municipal, estadual e federal;
- II- Supervisionar as políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos alunos com necessidades específicas;
- III- Participar das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão para compor o planejamento da instituição de modo a atender as pessoas com necessidades educacionais específicas;



IV- Avaliar e propor diretrizes e metas a serem alcançadas, na proposta de inclusão;

V- Elaborar, em conjunto com os docentes e núcleo pedagógico dos campi, programa de atendimento aos alunos como necessidades específicas e auxiliar os professores a adequarem as suas aulas conforme o programa definido;

VI- Participar do processo de ingresso de novos alunos no IFPI.

As competências descritas acima colocam o Napne em uma posição de gestor do processo de inclusão dentro da instituição. O núcleo tem o papel de receber os alunos PAEE e que necessitam de adequações em sua trajetória educacional, também cabe ao Napne o papel de orientar os discentes, docentes e familiares nesse processo. É importante destacar que, nesse percurso, o núcleo não está sozinho, mas desenvolve seu trabalho em parcerias que são criadas dentro e fora da instituição.

A inclusão escolar bem sucedida é fruto do trabalho de profissionais e de outras pessoas importantes na vida do aluno, que, juntos, irão desenvolver e implementar estratégias visando a construção de uma escola democrática, na qual são oferecidas oportunidades para todos os alunos desenvolverem suas habilidades e, conseqüentemente, permanecerem na escola. (SILVA, 2010, p.142).

A equipe que compõe o Napne, segundo a resolução normativa 55/2021, em seu capítulo V, art. 7^a, deve ser composta por uma equipe multidisciplinar em cada *campi*, com os seguintes profissionais: Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Docentes, Pesquisadores e Profissionais do corpo Técnico-administrativo e por equipe técnica da Pró-reitora de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão.

Os profissionais que fazem parte dessa equipe buscam partilhar de um espírito colaborativo que pesquisa meios, possibilidades e estratégias de incluir os alunos que chegam à instituição e necessitam dos serviços ofertados pelo núcleo. Nesse movimento de incluir, provoca-se um repensar das práticas escolares a partir de uma reflexão crítica a respeito de cada um em sua particularidade e na desconstrução de modelos impostos aos alunos como se fossem sujeitos homogêneos.

De acordo com Carvalho (2015), a inclusão educacional exige que expliquemos dificuldades escolares não só tendo os alunos como foco, mas considerando as limitações existentes em nossos sistemas de ensino e em nossas escolas, partindo da necessidade de conhecer cada um em sua singularidade e identificar as limitações que implicam em seu processo educacional.

Para dar continuidade a esse estudo, faz-se necessário discorrer de forma breve sobre a pessoa com deficiência e seu processo histórico-educacional, de onde partiu e como aqui chegou, tornando-se público-alvo do Napne, que exige visibilidade, respeito e garantias de direitos para partilhar das mesmas oportunidades educacionais que as demais pessoas.



PÚBLICO-ALVO DO NAPNE E UM BREVE HISTÓRICO DO SEU PROCESSO EDUCACIONAL NA SOCIEDADE.

Para apresentar o público-alvo assistido pelo Napne, faz-se necessário retornar ao passado e trazer uma breve discussão de como esses sujeitos eram vistos socialmente e como se apresentam na atual realidade educacional. Partiremos das fases da educação, as quais as pessoas com deficiência passaram até chegar aos dias atuais.

Segundo Sasaki (1997), existem quatro fases: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na exclusão, como o próprio nome já sugere, não existia nenhuma atenção às pessoas que nasciam com alguma deficiência. Ao revisitar a história dessas pessoas na Antiguidade e na Idade Média, depara-se com duas realidades, uma que vai de atrocidades e crueldades a adoração dessas pessoas, como se fossem seres divinos.

Nessa fase de exclusão, que ocorreu da Antiguidade até início do século XX, encontram-se diversos registros da forma como cada civilização tratava a pessoa com deficiência. Na Roma Antiga, por exemplo, conforme relata Giles, citado por Silva (2010), se uma criança nascia com alguma deficiência, cabia ao pai decidir se esta deveria morrer. Se o pai julgasse que a criança não seria um adulto saudável e que, conseqüentemente, não poderia lhe trazer orgulho no futuro, o bebê era abandonado para que morresse devido à falta de alimentação, proteção e cuidados básicos.

Ao sair da fase da exclusão, surge a segregação que ocorreu da década de 20 a 40. Segundo Sasaki (1997), apresenta-se como uma fase em que esse público era impossibilitado de ter acesso às escolas comuns, e, diante dessa realidade, os familiares se reuniram e criaram as escolas especiais. Nesse contexto, surgem hospitais e residenciais que eram locais de educação especial.

Posterior a essa fase, surge a fase da integração. No início da década 80, o movimento da integração surge no intuito de oferecer aos alunos com deficiência condições educacionais satisfatórias em classes comuns junto com os demais alunos. Segundo Stainback e Stainback (1999), a convivência dos alunos em ambientes mais próximos da vida real seria de grande importância para seu desenvolvimento acadêmico e social.

Muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares, pelo menos por meio turno. Até mesmo muitos alunos com deficiências importantes, que não haviam sido atendidos no passado, começaram a receber serviços educacionais nas escolas regulares. (Stainback, Stainback, 1999, p 40)

Parecia ser algo positivo e de grande contribuição para o processo educacional da pessoa com deficiência, mas, na verdade, essa fase recebeu duras críticas, pois nem todos os alunos com deficiência tinham direito de estar na sala de aula comum, existia uma espécie de seleção, em que os alunos eram atendidos de acordo com o grau de sua deficiência. Se fosse um grau



severo, ficaria em um ambiente mais restrito. Se fosse uma deficiência de grau leve, ficaria em uma sala de aula comum.

De acordo com Deno 1979, citado por Silva (2010), existia um sistema de cascata, em que apresentava várias etapas que partia da Instituição residencial; Escola especial; Classe especial; Sala de recursos; Professor Itinerante e Sala de aula comum. Os alunos com deficiência deveriam esforçar-se para passar por essas etapas e ter o direito de estar juntos com os demais alunos na sala regular, o que funcionava como uma espécie de seleção.

Mas, segundo Silva (2010), o que acontecia na prática é que a maioria dos alunos eram encaminhados às classes especiais e, mesmo quando obtinham progressos, e suas necessidades educacionais mudavam e tornavam-se aptos para serviços menos segregados, isso não acontecia. Na maioria das vezes ou todas as vezes, os alunos que apresentavam deficiências severas já iam direto para ambientes de segregação sem nenhuma análise de sua condição educacional. A fase da integração não atendeu a pessoa com deficiência em sua totalidade.

Na integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino comum, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção (...) educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: A escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências (Mantoan, 2015, p. 22).

Diante dessa realidade de integrar uns e outros não e contemplar os que melhor se adequem à escola, surge a inclusão a partir da década de 1990, e perdura até os dias atuais uma fase/paradigma que provoca a escola a estar em constante busca de adequações para atender os alunos em sua totalidade, sem a necessidade de uma seleção prévia para usufruir do direito de estar com demais. Stainback e Stainback (1999) reforçam que, apesar dos obstáculos, à expansão do movimento da inclusão, em direção a uma reforma educacional mais ampla, é um sinal de que as escolas e a sociedade vão continuar caminhando rumo a prática cada vez mais inclusiva.

Os alunos PAEE passaram por vários cenários sociais que partiram da exclusão à inclusão e hoje partilham de vários amparos legais que lhes asseguram garantias educacionais nos diferentes níveis de ensino. A lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz, no capítulo V, a Educação Especial, uma modalidade de ensino que garante a inclusão da pessoa com deficiência na escola e de preferência na rede regular de ensino.

A LDB, ainda em seu capítulo V, detalha quem são esses alunos: educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Esse é o público-alvo atendido pelo Napne, alunos que, por meio de garantias legais e processo de



lutas, tiveram acesso à escola, e, nesse novo cenário da inclusão, pleiteiam êxito e sucesso em sua trajetória educacional.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 apresenta inúmeras legislações e documentos que asseguram garantias a esses alunos, e orienta as instituições de ensino que garantam acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade desses alunos nos diferentes níveis mais elevados de ensino. Também chama a atenção para a definição desse público:

As definições do público-alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (BRASIL, 2008).

As legislações e políticas trazem de forma detalhada sobre o Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), mas se faz necessário compreender que essas pessoas são ímpares e, mesmo que se procure apresentar, visando suas deficiências e especificidades, não é possível propor um modelo de aprendizagem e atendimento considerando apenas a deficiência. É imprescindível conhecer o aluno em sua totalidade e, nesse processo, a escola vai descobrindo e construindo possibilidade para cada educando.

TRABALHO DO NAPNE - IFPI *CAMPUS* TERESINA CENTRAL

O Napne, como já apresentado no início dessa discussão, é um setor que tem a função de divulgar, promover e desenvolver práticas inclusivas na instituição. Nesse trabalho, conta com uma equipe de profissionais especializados e busca parcerias, gestão, setores, famílias e demais profissionais, com intuito de eliminar barreiras e possibilitar a inclusão dos alunos PAEE.

Atualmente, o Napne, *campus* Teresina Central, partilha de uma realidade que conta com a ofertas de diversos profissionais especializados, recursos e serviços, mas é importante destacar que essa não é a realidade dos Napnes de todos os *campi* do IFPI. Cada *campus* dispõe de uma realidade e as informações a serem apresentadas são do IFPI *campus* Teresina Central.

No ano de 2023, o núcleo está com uma demanda de 91 alunos assistidos, mas esse quantitativo muda, com frequência, a cada exame classificatório e vestibular, que são as formas



de ingresso na instituição. Esse número pode variar para mais ou para menos quando os alunos têm acesso à instituição ou concluem seus cursos. Esses alunos estão presentes nos diferentes cursos e níveis de ensino ofertados pela instituição que são: Ensino Médio Integrado ao Técnico, Cursos Técnicos, Proeja, Cursos Tecnólogos, Cursos Superiores, cursos Fic e outros.

Quantitativos de alunos e suas respectivas deficiências no ano de 2023.

Deficiências e Necessidades Educacionais Específicas.	Quantidade de alunos
Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade - TDAH	05
Transtorno do Espectro Autista - TEA	21
Deficiência Física	21
Deficiência Auditiva	08
Deficiência Visual	15
Deficiência Intelectual	16
Outras Especificidades	05
Total	91 alunos

Fonte: Elaborado pela autora.

Público diverso, heterogêneo, que mesmo que estejam dentro da mesma deficiência ou especificidade, são singulares em sua forma de aprendizagem. Esse público, como afirma Silva (2010), apresenta características físicas, comportamentais e emocionais próprias, sendo que, devido à existência destas, uma prática de ensino voltada para um conjunto homogêneo de alunos não alcança êxito.

Quando esses educandos chegam à instituição, em sua maioria, procuram o Napne e se apresentam como público-alvo do núcleo, que vai precisar de algum suporte em sua trajetória educacional dentro da instituição. Outros são identificados pelos docentes no decorrer do processo de aprendizagem. Os professores recorrem ao Napne em busca de respostas, pois, como afirma Mantoan (2015), mesmo depois de muitos anos da implementação da inclusão nas escolas brasileiras, persiste em professores do ensino regular a ideia de que não estão preparados para ensinar a todos os alunos.



O Napne não possui respostas prontas ou modelo de aprendizagem para esses alunos, mas está aberto a traçar estratégias em parcerias com os docentes na busca de possibilitar condições de permanência e êxito desses educandos na instituição. Nessa trajetória, o núcleo dispõe de uma equipe de profissionais especializados e de apoio ao ensino, recursos e serviços que servem de suporte nesse processo de inclusão. As informações na tabela abaixo apresentam de forma detalhada o quantitativo de profissionais e suas especialidades. É importante destacar que essas informações são referentes ao ano de 2023.

Tabela de profissionais do Napne- IFPI - *Campus* Teresina Central - ano de 2023.

Profissional	Quantidade
Pedagoga	01
Tec. Administrativo	03
Tradutor e Intérprete de Libras	07
Revisor e Transcritor de Texto em Braille	07
Cuidador Escolar	05
Ledor Escolar	02
Total	25

Fonte: Elaborada pela autora

Atualmente, o Napne conta com uma equipe composta por 25 profissionais, sendo 8 servidores efetivos e 17 profissionais especializados e de apoio ao ensino. Também conta com 20 monitores das diferentes disciplinas e oferta diversos serviços, como: produção e impressão de material em Braille, material ampliado, material em alto relevo, tradução e interpretação de vídeos em Libras, orientações pedagógicas, dentre outros.

O núcleo ainda dispõe de diversos recursos e equipamentos, como: impressora em Braille, máquina fusora, máquina de escrever em Braille, linha Braille, computadores, câmera profissional, tripé, suporte fundo infinito, cadeiras e mesas adaptadas e outros. O núcleo possui uma sala que está dividida em 5 ambientes, uma sala de recepção, uma sala de estudos e



monitoria, uma sala de reunião, uma sala de atendimento individualizado e uma sala de atendimento pedagógico. Todos esses profissionais, serviços, recursos, equipamentos e estrutura física são fundamentais para desenvolver as práticas inclusivas com os alunos assistidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alunos assistidos pelo Napne - IFPI *campus* Teresina Central, como já apresentado, dispõem de profissionais especializados e de apoio ao ensino, serviços, recursos e equipamentos que são de grande relevância e contribuem positivamente para amenizar as dificuldades na trajetória educacional dos educandos com deficiência, necessidades educacionais e específicas dentro da instituição.

Portanto, o trabalho desenvolvido pelo núcleo é possível graças ao suporte humano e de recursos. Nesse processo, não existe um modelo ou resposta assertiva para cada aluno, são consideradas as necessidades de cada um e quais recursos e orientações serão necessários, percebe-se que nem sempre essa trajetória é exitosa, mas a busca de estratégias e construção de possibilidades em parcerias com docentes, familiares e demais profissionais é constante para oportunizar a permanência exitosa desses discentes na instituição.

Neste trabalho, o Napne vem construindo um ambiente mais acessível, que busca o respeito às diferenças e individualidades, possibilitando a aprendizagem e autonomia do aluno e considerando suas singularidades. E assim, cria-se no IFPI - *campus* Teresina Central o fortalecimento da inclusão, despertando e provocando o interesse pelo conhecimento e convivência com o outro, para que a comunidade escolar perceba que existem os desafios, mas que também são inúmeras as possibilidades desse processo inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria da Educação Especial e Ministério da Educação, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> .: Acesso em: 10 de set.2023.

_____. **Lei nº9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de set.2023

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 10 de set. 2023.



_____. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf): acesso em 09 de set. 2023.

BORGES, L. P.; SOBRINHO, M. F. **Caderno do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades Educacionais Específicas (Napne).**/ Rosângela Lopes Borges – Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** do que estamos falando? Revista Educação Especial, n. 26, 2005. Disponível em:< <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs> :Acesso em: 10 de set.2023.

IFPI. **Resolução nº 55/2021 de 23 de julho de 2021.** Aprova o Regulamento Institucional do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Disponível em <https://www.ifpi.edu.br/>: Acesso em: 10 de set. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

PACHECO, José. **Caminhos para a Inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artemed, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nada sobre nós, sem nós:** Da integração à inclusão – Parte 1. Revista Nacional de Reabilitação, [ano X, n. 57, jul./ago. 2007, p. 8-16.](https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s1.pdf) Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s1.pdf>: acesso em: 09 de set.2023.

SILVA, Aline Maira de. **Educação e Inclusão escolar:** História e fundamentos. Curitiba: Ibpx,2010.

STAINBACH, S.; STAINBACH, W. **Inclusão:** Um guia para educadores. Porto Alegre: Artemed, 1999.